

Em resposta à consulta pública da Prefeitura de Belo Horizonte, Edital 001/2022, Processo Administrativo 01-050.360/22-02, Fundação de Parques Municipais e Zoológica para gestão, reforma, requalificação, manutenção e demais serviços associados do Jardim Zoológico, exposição Zoo-botânica, Aquário e Parque Ecológico da Pampulha (Publicado no dia 20 de agosto de 202 no Diário Oficial do Município), nós, professores da UFMG, apresentamos o seguinte documento, que agora desejamos divulgar a um público mais amplo:

A concepção adotada contemporaneamente por associações de zoológicos no mundo assume que tais instituições devem necessariamente sustentar-se sobre um tripé formado pela educação ambiental, pesquisa e conservação. A partir dessa base, o entretenimento e lazer ligados à exibição da coleção de animais surge como uma função social necessariamente subordinada ao tripé fundador. Afinado a essa concepção, o Jardim Zoológico de Belo Horizonte (JZBH) define sua missão de “assegurar o bem-estar dos animais que estão sob os nossos cuidados, fornecendo subsídios para ações educativas, de pesquisa e de conservação da fauna” (Anexo 10, Plano de Coleção).

O edital 001/2002 trata da concessão do Jardim Zoológico, assim como dos equipamentos Jardim Botânico, Parque Francisco Lins do Rêgo, ou Parque Ecológico da Pampulha e Aquário do Rio São Francisco (fundados, respectivamente, em 25 de janeiro de 1959; 05 de junho de 1991; 21 de maio de 2004; e 05 de março de 2010). Esse documento refere-se especialmente ao JZBH, sem deixar de levar em conta também o Jardim Botânico e o Aquário. Sua concessão, tal como proposta na minuta do contrato e anexos disponibilizados pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), transformaria o entretenimento em sua atividade prioritária, com prejuízo das atividades cruciais de educação ambiental, pesquisa e conservação da fauna e flora. A continuidade desse processo ameaçará irreversivelmente a vocação e a função social dessas instituições. Por isso, solicitamos o cancelamento do edital e sua reformulação.

A história do JZBH é um exemplo dos rumos dos zoológicos contemporâneos. Inaugurado em 25 de janeiro de 1959, sintonizava-se com os ideais de progresso e modernização de Belo Horizonte desde a criação do conjunto arquitetônico da Pampulha, que passou a compor. A cidade vivia um vertiginoso aumento populacional,

atividades econômicas e serviços se diversificavam. O novo zoológico integrava a expectativa de espaços de entretenimento de uma urbe moderna, assim como o ideal de “cidade jardim”, oferecendo um privilegiado espaço verde aos visitantes.

Com o passar das décadas, os profissionais ligados a essa instituição conferiram-lhe novos significados, transformando-a profundamente. Entre 1991 e 2017, a lei 5.904 de 5 de junho de 1991 criou a Fundação Zoo-Botânica (FZB) de Belo Horizonte, subordinada à Secretaria de Meio Ambiente. A preocupação com o bem-estar dos animais, o desenvolvimento de atividades educacionais para os visitantes (com destaque para alunos das escolas públicas), o estabelecimento de parcerias com instituições científicas (tais como a Escola de Veterinária da UFMG) e com vários programas nacionais e mundiais de conservação trouxeram nova dinâmica à instituição. Além das equipes de veterinários, biólogos, educadores, e técnicos aprovados em concursos públicos, a atuação de um Conselho Curador deu à FZB as condições de almejar e investir na busca dos mais altos padrões projetados para os zoológicos mundiais.

Essa situação mudou significativamente após o Decreto 16.684, de 2017. A FZB foi fundida na Fundação Municipal de Parques e Zoológicos, junto com 75 parques, cemitérios e centros de vivência agroecológica. O Conselho Curador foi extinto. Também nesse novo contexto, o poder municipal vinha apoiando essa instituição em prol do interesse público, apostando na educação ambiental dos cidadãos e em projetos de conservação, favorecendo ainda a produção de conhecimento científico.

Esta brevíssima história do JZBH evidencia o seu dinamismo, assim como sua relevância para a história da cidade de Belo Horizonte e na vida de seus habitantes. A vocação do zoológico não existiu desde a fundação, mas foi ousadamente construída com grandes esforços e formação de competências. Nesse contexto, é essencial avaliar o impacto possível decorrente da concessão tal como proposta pelo Edital 001/2022.

Os documentos que compõem a consulta pública abordam questões de bem-estar animal e planejamento da coleção. Entretanto, delineiam uma comercialização inadequada dessa instituição, afrontando interesses públicos fundamentais, a saber, a formação ambiental de cidadãos, o oferecimento de oportunidades de lazer acessíveis a pessoas de baixa renda, o estímulo à pesquisa e ações de conservação da fauna e flora. Esse fato desperta preocupação em todos que conhecem bem a complexidade da missão do JZBH.

Um dos principais problemas fundamentais encontra-se no Documento Referencial do Edital. A qualificação técnica exigida ao licitante é “de empreendimento turístico, comercial ou de lazer, tais como parques turísticos ou ambientais, arenas, estádios, hotéis, aeroportos, rodoviárias e shoppings” (11.1.3, p. 12). Esse ponto explicita quão equivocada e potencialmente danosa é a proposta de concessão dos Jardins Zoológico, Botânico e do Aquário. Instaura, ainda, o equívoco de tratar instituições voltadas para o bem público como entretenimentos equivalentes a estádios e shopping centers. Toda a proposta de concessão encontra-se comprometida por esse erro de origem sobre a vocação das instituições citadas. Adicionalmente, alguns pontos merecem menção:

- As “Diretrizes para a educação ambiental” (anexo 13) preveem, entre outros pontos, atividades pedagógicas e quadro de profissionais a elas vinculados. Entretanto, é significativo que as escolas públicas de ensino médio e fundamental não sejam mencionadas nenhuma vez. Entre 2016 e abril de 2019, 7% dos visitantes estiveram isentos de entradas (“Plano de negócio referencial”, anexo 9, p. 5). Entre os beneficiados, havia menores de 4 e maiores de 60 anos de idade. Entretanto, a maioria dos isentos visitou o zoo entre terças e sextas feiras, dias em que escolas públicas organizam excursões educativas, o que demonstra a importância desse público.
- Além de omitir a manutenção da entrada livre de estudantes da rede pública – o que leva a crer que não será mantida tal como é hoje - o “Plano de negócios referencial” prospecta novos valores das entradas do Zoológico, Aquário e Jardim Botânico (respectivamente R\$50, R\$30 e R\$20, totalizando R\$100). Atualmente, o ingresso inteiro para essas atrações custa um total de R\$14,65 (5,85 para os jardins zoológico e botânico e 8,80 para o Aquário). Num domingo esse valor sobe para R\$20,60. O acesso a essas atrações será, portanto, vertiginosamente elitizado. Isso seria lamentável pois, ao longo das décadas, essa instituição municipal tem sido um destino de lazer importante para famílias de baixa renda.
- É nebuloso a destinação da equipe atual de veterinários, biólogos, educadores e botânicos. Eles têm larga experiência desenvolvida ao longo de décadas de dedicação, compromisso e competências específicas para lidar com os animais e

plantas. O perigo da perda desse capital humano coloca em risco o cuidado devido e o bem-estar dos animais que integram a coleção.

- Embora a minuta do contrato preveja a continuidade dos projetos de conservação sem curso, em parcerias com outras instituições, não há evidências concretas de comprometimento com a conservação, despertando o temor de que as atividades dificilmente ultrapassariam o mero apelo do *marketing*.
- A pesquisa, último tripé essencial aqui mencionado, mas não menos importante, também tem futuro incerto no zoológico sob a responsabilidade da concessionária. Atualmente, a Escola de Veterinária da UFMG e outras instituições parceiras têm no zoológico um campo importantíssimo de investigação. Dessa interação surgiram artigos científicos, dissertações e teses sobre da saúde animal e questões sanitárias extremamente importantes também para os seres humanos. Para darmos apenas um exemplo, metade dos trabalhos científicos disponíveis no mundo sobre leishmaniose nos primatas neotropicais foi produzida a partir de pesquisas realizadas no JZBH. Frente ao vigor das atividades de pesquisa geradas no Zoo, não há garantias da manutenção da abertura, transparência, independência e liberdade hoje oferecidas aos pesquisadores.

Os signatários deste documento defendem a suspensão do processo de concessão dos Jardins Zoológico, Botânico e do Aquário. Qualquer proposta de concessão deve considerar prioritariamente o atendimento do interesse público, que certamente implica na manutenção das atividades dos Jardins Zoológico e Botânico como instituições ativas na produção de conhecimento, educação ambiental, conservação da fauna e flora.

O aprofundamento do diálogo entre a FPMZB e a competente e experiente equipe de funcionários do zoológico afigura-se como o único caminho para elaboração de estratégias de parcerias promissoras com a iniciativa privada. Só assim serão abertas possibilidades de ganhos para a instituição, ao mesmo tempo em que se preserve e fortaleça as conquistas duramente obtidas em 63 anos de história, e a vocação dos Jardins Zoológico e Botânico e o Aquário de Belo Horizonte.

Pesquisa, educação ambiental e conservação são o tripé fundamental sobre o qual, e somente assim, a visitação pública de coleção de animais silvestres se torna relevante como prática ética e formadora de cidadãos ambientalmente conscientes.

Sem isso, ela remete a um modelo inaceitável e ultrapassado de zoológico segundo os padrões éticos atuais de nossa civilização.

Belo Horizonte, 13 de outubro de 2022,

**Regina Horta Duarte**, Professora da Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais.

**Renato de Lima Santos**, Professor da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais.

**Marcelo Carvalho**, Professor da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais.

**Érica Azevedo Costa**, Professora da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais.

**Fabíola Paes Leme**, Professora da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais.

**Marília Martins Melo**, Professora da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais.

**Rodrigo Otávio Silva**, Professor da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais.